

**ILUSTRÍSSIMO SR. PRES. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CADASTRO DA  
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

*Ref.: Contrarrazões ao Recurso Administrativo - Edital de Licitação Eletrônica – LE SAP Nº  
35/2024 - ID 104 75 80*

A empresa, **MAURICIO TORRONTGUY CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA – “MTCN”**, inscrita no CNPJ nº 36.357.913/0001-07, sediada na Rua 1822, nº 330, Edifício Puerto Chicama – sala 02, Centro Balneário Camboriú, SC, CEP 88330484, por intermédio de seu representante legal o Sr. Mauricio de Carvalho Torronteguy, portador da Carteira de Identidade nº 00931191107 e do CPF nº 788.893.590- 72, vem através do presente, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **INFRAS ENGENHARIA LTDA – “INFRAS”**, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para o indeferimento do recurso apresentado:

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

Primeiramente, oportuno salientar que a presente petição é TEMPESTIVA, haja vista que a comunicação da interposição do Recurso Administrativo, deu-se no dia 15/08/2024 (quinta-feira), através do e-mail encaminhado por esta D. Comissão.

Logo, o último dia do prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto no item 21.1.2. do Edital, é dia 22/08/2024 (quinta-feira), pelo que resta demonstrada a tempestividade desta peça.

**II. DOS FATOS**

Trata-se de Licitação Eletrônica nº 35/2024, promovido pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, com finalidade de contratar *“empresa especializada para a elaboração de projeto básico para implantação do Píer de Cruzeiros de Paranaguá, visando atender a crescente demanda do mercado de transporte de passageiros através de navios de cruzeiro, no porto de Paranaguá, conforme escopo, especificação de serviços, normas e demais condições presentes no Termo de Referência, documentos técnicos em anexo e Edital”*.

A empresa Recorrida apresentou o menor preço na disputa de lances, e após a apresentação da sua proposta ajustada e documentos de habilitação, foi declarada vencedora do referido processo.

Salienta-se que os documentos apresentados pela Recorrida foram minuciosamente analisados pela Comissão de Licitações e área técnica, os quais foram, inclusive, objeto de diligência, tendo a Recorrida sanado todos os apontamentos formulados pela Comissão.

Assim, tendo cumprido todas as exigências do instrumento convocatório e apresentado o menor preço para a realização dos serviços licitados, não poderia haver outro

resultado senão a declaração da Recorrida como vencedora, por apresentar a proposta mais vantajosa para a presente contratação.

Nada obstante, a empresa INFRAS, apresentou Recurso Administrativo na tentativa de inabilitar a Recorrida.

Importante ressaltar, que nos procedimentos licitatórios é comum o inconformismo daqueles que sucumbem no curso do processo de escolha da melhor proposta para a Administração Pública. E, conforme se denota das razões recursais, trata-se de mera insatisfação da Recorrente com o resultado do certame, visto que não apontam qualquer ilegalidade que venha comprometer a credibilidade do resultado, deixando evidente a intenção de induzir esta Comissão de Licitações ao erro, através de extenso recurso sem fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de alterar a decisão desta Comissão.

Em razão disso, a empresa MTCN apresenta tempestivamente a presente Contrarrazão, a qual demonstrará de modo inequívoco a ausência da necessidade de reforma da decisão que declarou a empresa **MAURICIO TORRONTGUY CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA** vencedora do certame, não merecendo prosperar o recurso interposto pela outra licitante.

É o que passará a ser demonstrado a seguir.

### **III. DOS FUNDAMENTOS**

O Recurso interposto pela empresa INFRAS possui como fundamento o suposto não atendimento aos requisitos de qualificação técnica profissional e operacional pela empresa Recorrida.

#### **a) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

Dito isto, passa-se a discorrer acerca do argumento levantado acerca da **qualificação técnica profissional** da empresa Recorrida. Vejamos:

Inicialmente, argumenta que a empresa Recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica com Certidão de Acervo Técnico que comprove a *“Coordenação, gerenciamento ou execução de sondagem mista em lâmina da água”* em nome dos profissionais indicados.

Ocorre que tal situação já restou devidamente diligenciada pela Equipe Técnica da APPA, tendo ao final das diligências e minuciosa análise dos documentos apresentados, concluído pela compatibilidade dos documentos apresentados com as exigências efetuadas no edital, conforme parecer elaborado pela Gerência de Engenharia Marítima da APPA.

Ainda, ressalta-se que o escopo principal do presente processo é a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico para implantação do Píer de Cruzeiro de Paranaguá, e não a execução de levantamentos.

Tal situação é tão acertada que há previsão expressa acerca da possibilidade de subcontratação dos serviços relativos a levantamentos, ensaios, estudos e simulações, conforme segue:

**12. SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA **não poderá** sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os projetos previstos no objeto do contrato.

**Será permitido** subcontratação para levantamentos (diretos e indiretos), ensaios, estudos e simulações previstas no presente Termo de Referência, até o limite de 30% do valor contratual, uma vez que a execução do objeto envolve serviços de atribuição de diferentes especialidades.

Por outro lado, veja que é EXPRESSAMENTE PROIBIDO subcontratar os projetos relativos ao objeto da contratação.

Dito isto, com base na soma das informações disponibilizadas, entende-se que ficou demonstrada a experiência das engenheiras indicadas para compor a equipe técnica da Recorrida, Eng<sup>a</sup>. Juliana Jacomini Menegucci e Eng<sup>a</sup>. Michele Patricia de Lorena no GERENCIAMENTO, COORDENAÇÃO, ESTUDOS, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO de sondagens geotécnicas, cuja finalidade é subsidiar os projetos e estudos que serão realizados, que é o escopo principal do presente processo.

Desta feita, não há que se falar em descumprimento do edital neste ponto, sendo as diligências e informações apresentadas capazes de afirmar a capacidade técnica profissional dos profissionais elencados pela Recorrida.

#### **b) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

Já no que tange a qualificação técnica operacional, a Recorrente em uma tentativa desesperada de ter seu pleito atendido, afirma que a Recorrida não possui experiência operacional na **Coordenação ou Gerenciamento de Projeto portuário e no Desenvolvimento de Projeto Portuário.**

Ocorre que tal informação é ABSURDA, haja vista que a área de atuação da empresa MTCN é totalmente focada em soluções sustentáveis e inteligentes para obras de dragagem e projetos envolvendo empreendimentos portuários, hidroviários, náuticos e costeiros.

Sua equipe é formada por profissionais altamente qualificados e com vasta experiência em Engenharia Portuária e Costeira, tendo a empresa MTCN atuado em diversos projetos portuários, sendo tal situação demonstrada de forma inequívoca, não havendo quaisquer dúvidas sobre a *expertise* operacional da empresa, o que foi corroborado através dos diversos atestados apresentados.

Denota-se que os atestados apresentados pela empresa MTCN abrangem diversos tipos de projetos portuários, em distintas tipologias de terminais portuários, bem como em diferentes tipos de ambientes (marinhos e fluviais), extrapolando em muito ao que foi exigido no edital, no que tange a comprovação de “*Coordenação ou Gerenciamento de Projeto portuário e no Desenvolvimento de Projeto Portuário*”.

Ademais, equivocou-se a empresa Recorrente ao requerer que seja apresentado projeto idêntico ao ora licitado, para comprovação da referida exigência, uma vez que o edital não traz tal especificidade.

Aliás, nem poderia, já que o entendimento do Tribunal de Contas da União é pela irregularidade do edital que exige atestado de capacidade técnica idêntico ao objeto licitado:

*É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade. (TCU. Acórdão 1585/2015-Plenário. Relator: ANDRÉ DE CARVALHO. Publicado: Boletim de Jurisprudência nº 88 de 13/07/2015)*

Desta feita, tem-se que as afirmações trazidas pela Recorrente possuem nítido caráter protelatório com o intuito único de tumultuar o regular andamento do processo licitatório, ante os argumentos infundados, que visam deturpar a finalidade da referida exigências.


### **c) DA REGULARIDADE E VALIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

A Recorrente alega ainda, de forma totalmente temerária, que a Recorrida apresentou documentos inexistentes na data de apresentação da proposta.

Ocorre que a alegação efetuada não é verídica!

O atestado de capacidade técnica assinado pelo Sr. Rodrigo Tavares Paiva, Sócio Diretor da empresa GRAF, foi assinado no dia 25 de junho de 2024. As anotações de responsabilidade técnica para as profissionais Michele e Juliana foram emitidas no dia 27 de

maio de 2024. Ainda, extrai-se do referido documento que a ART é válida mediante o pagamento da TAXA, vejamos:

<p>7. Entidade de Classe</p> <p>NENHUMA</p> <p>8. Informações</p> <p>A ART é válida somente após o pagamento da taxa.</p> <p>Situação do pagamento da taxa da ART: TAXA DA ART PAGA</p> <p>Valor ART: R\$ 262,55   Data Vencimento: 06/06/2024   Registrada em: 27/05/2024</p> <p>Valor Pago: R\$ 262,55   Data Pagamento: 28/05/2024   Nosso Número: 14002404000233843</p> <p>A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <a href="http://www.crea-sc.org.br/art">www.crea-sc.org.br/art</a>.</p> <p>A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.</p> <p>Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.</p> <p><a href="http://www.crea-sc.org.br">www.crea-sc.org.br</a>    falecom@crea-sc.org.br    </p>	<p>9. Assinaturas</p> <p>Declaro serem verdadeiras as informações acima.</p> <p>BALNEARIO CAMBORIU - SC, 27 de Maio de 2024</p> <p>JULIANA JACOMINI MENEGUCCI</p> <p>368.067.608-79</p> <p>RODRIGO TAVARES</p> <p>PAIVA:07842255750</p> <p>Assinado de forma digital por RODRIGO TAVARES PAIVA:07842255750 Dados: 2024.07.03 11:02:01 -03'00'</p> <p>Contratante: GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA</p>
--	---

Os pagamentos das referidas anotações perante o CREA foram efetivados no dia 28 de maio de 2024.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
-----		-----	
10490511529500214044000023384373897390000026255		10490511529500214044000023382757897390000026255	
BENEFICIARIO:		BENEFICIARIO:	
CREA-SC		CREA-SC	
NOME FANTASIA:		NOME FANTASIA:	
CREA-SC		CREA-SC	
CNPJ: 82.511.643/0001-64		CNPJ: 82.511.643/0001-64	
BENEFICIARIO FINAL:		BENEFICIARIO FINAL:	
CREA-SC		CREA-SC	
CNPJ: 82.511.643/0001-64		CNPJ: 82.511.643/0001-64	
PAGADOR:		PAGADOR:	
MAURICIO TORRONTÉGUY CONSULTORIA E		MAURICIO TORRONTÉGUY CONSULTORIA E	
CNPJ: 36.357.913/0001-07		CNPJ: 36.357.913/0001-07	
-----		-----	
NR. DOCUMENTO	52.801	NR. DOCUMENTO	52.802
DATA DE VENCIMENTO	06/06/2024	DATA DE VENCIMENTO	06/06/2024
DATA DO PAGAMENTO	28/05/2024	DATA DO PAGAMENTO	28/05/2024
VALOR DO DOCUMENTO	262,55	VALOR DO DOCUMENTO	262,55
VALOR COBRADO	262,55	VALOR COBRADO	262,55
-----		-----	
NR. AUTENTICACAO	3.D90.D11.EEE.6BE.A3E	NR. AUTENTICACAO	F.273.C86.8E6.9A8.F24
-----		-----	

Verifica-se que todas as datas acima informadas são anteriores a data da sessão pública, qual seja, 28 de junho de 2024. Portanto, os documentos apresentados são válidos.

Outrossim, ressalta-se que referido documento tem o condão de comprovar a capacidade técnica operacional da empresa, não havendo necessidade do registro do mesmo perante o Conselho Profissional competente.

Além disso, caso seja de interesse dessa Administração, é possível que seja realizada diligência a fim de que seja confirmada a data de assinatura do atestado apresentado.

Desta feita, verifica-se que a empresa Recorrente se utiliza de premissas equivocadas

em uma tentativa desesperada de desabonar os documentos apresentados pela empresa MTCN, todavia, restou devidamente demonstrado que não há quaisquer irregularidades nos documentos apresentados, sendo que todos foram emitidos e comprovam fatos anteriores a data da licitação.

#### **d) DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Ainda, impõe-se argumentar que o presente processo visa a contratação da proposta mais vantajosa. A vantajosidade da contratação significa basicamente a busca por uma contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público, quanto que assim o seja qualitativamente, melhor gasto.

No entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

*“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”*

Vejamos o posicionamento do Tribunal de Contas:

*[...] Atente-se para a necessária observância de princípios fundamentais da licitação, em especial da igualdade e impessoalidade, a fim de garantir, também, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, consoante preceitua o art. 3º da Lei de Licitações, e impedir a desclassificação de empresas que atendam às exigências contidas no Edital de Licitação relativas às especificações do objeto licitado, com consequente violação do comando contido no inciso IV do art. 43 dessa mesma Lei. (Acórdão 369/2005- Plenário)*

Além disso, outro entendimento da Suprema corte de contas, dispõe que, antes de desclassificar a proposta mais vantajosa em uma licitação, o pregoeiro ou agente de contratação deve verificar se está fazendo uma interpretação restritiva do edital, vejamos:

*Licitação. Julgamento. Competitividade. Desclassificação. Materialidade. Princípio da seleção da proposta mais vantajosa. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Proposta de preço. É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva*

***do edital**, de proposta mais vantajosa para a Administração que contém um único item, correspondente a pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido, por ofensa ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa. Acórdão 4063/2020 Plenário (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro).*

Logo, a proposta de preços e documentos de habilitação apresentados pela empresa **MAURICIO TORRONTGUY CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA**, passaram pelo crivo dessa Comissão, uma vez que a Recorrida demonstrou o total domínio sobre o escopo do presente processo.

Além do mais, a proposta apresentada pela Recorrente está R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) acima da proposta apresentada pela Recorrida, desta feita, caso a Recorrida viesse a ser indevidamente desclassificada, tal ato resultaria em claro prejuízo ao Órgão Licitante.

Diante disso, tendo a empresa vencedora apresentado o menor preço e cumprido todos os requisitos editalícios, deve ser mantida a decisão desta Comissão que declarou a Recorrida vencedora do certame.

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, requer:

- a) o recebimento e provimento das presentes Contrarrazões;
- b) que seja **INDEFERIDO** o recurso administrativo interposto pela INFRAS ENGENHARIA LTDA, mantendo-se o ato da Comissão que declarou a empresa licitante **MAURICIO TORRONTGUY CONSULTORIA E NEGOCIOS LTDA** como vencedora do certame, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e ofertou o menor preço para execução dos serviços licitados;
- c) no caso de não acolhimento, seja encaminhado esta Contrarrazões para a autoridade imediatamente superior.

Balneário Camboriú (SC), 22 de agosto de 2024.

**Mauricio de Carvalho Torronteguy**  
**Representante legal**  
**CPF nº 788.893.590- 72**